



Real *não* diminuiu DESIGUALDADES

Pesquisas mostram que o efeito redutor de desigualdade do Real foi relativamente pequeno. Os planos de estabilização que o antecederam e o próprio Plano Real foram criados para reduzir a inflação mantendo, mais ou menos, o *status quo* da distribuição de renda. O Real foi concebido para combater a inflação e foi bem-sucedido nisso. O grande ganho de bem-estar social provocado pela estabilização não foi a queda da desigualdade, mas — como o próprio nome sugere — o aumento da estabilidade da renda dos indivíduos.

MARCELO NERI

Centro de Políticas Sociais – IBRE/FGV

Como nos casamentos, a relação da sociedade brasileira com o Real apresenta altos e baixos. Este ensaio analisa essas flutuações, segundo uma perspectiva distributiva. Procuramos qualificar a natureza das mudanças de bem-estar social ocorridas desde a criação do plano. Verificamos que o período de lua-de-mel com a estabilidade (1994-96) e o de crises externas (1997-98) apresentam, tanto para o bem como para o mal, mudanças distributivas relativamente pouco pronunciadas.

No período de transição para a estabilidade, ao contrário do que se tem enfatizado, o efeito redutor de desigualdade do Real foi relativamente pequeno. A linha de pesquisa que originou o Real e os planos de estabilização que o antecederam buscavam reduzir a inflação mantendo, mais ou menos constante, o *status quo* da distribuição de renda.

A fase da URV, uma espécie de noivado com a nova moeda, pretendia justamente isso. O Real foi concebido — e bem-sucedido — no combate a inflação. O grande ganho de bem-estar social provocado pela estabilização não foi a queda da

desigualdade, mas — como o próprio nome sugere — o aumento da estabilidade da renda dos indivíduos. Essa redução de incerteza levou a efeitos ilusórios de redução de disparidades de renda, mas melhorou as condições para a aplicação de políticas sociais.

Por outro lado, a análise da distribuição de renda no período de crises externas (1996-99) é muito heterogênea no Brasil, dependendo do que e de onde se olha. Se somente for observada a renda do trabalho nas grandes metrópoles, haverá uma idéia de que a crise é mais séria. Se forem analisadas todas as fontes de renda e áreas geográficas, nos aproximando de um conceito mais abrangente de bem-estar, a crise se apresenta menos séria.

Visão geral — Trabalhamos aqui com a idéia de distribuição de renda no sentido estatístico, incluindo tanto mudanças na desigualdade como alterações no crescimento da renda (domiciliar *per capita* — isto é, a soma da renda de todos os membros dos domicílios dividido pelo número de membros).

A principal característica da abordagem aqui utilizada é o

seu nível de desagregação com três grupos de renda: o décimo mais rico que se apropria de quase metade da renda *per capita* (mais precisamente, 47,3%); a metade mais pobre que se apropria de pouco mais de um décimo da renda nacional (12,3%); e os 40% intermediários cuja parcela na população e na renda praticamente coincide (40,4%), constituindo um país de renda média, uma espécie de Peru, inserido entre a rica Bélgica e a pobre Índia.

Propomos aqui uma cronologia que divide o período recente em quatro fases: a) incerteza e inflação crônicas; b) *boom* pós-estabilização; c) incerteza crítica e choques externos; e d) período pós-desvalorização.

Há uma fase, antes do Plano Real, que denominamos de incerteza crônica, quando a população estava acostumada a conviver com a instabilidade derivada da inflação alta e persistente. Os agentes e instituições desenvolveram uma série de mecanismos para se defender da inflação, cujo principal efeito colateral era perpetuar a própria inflação.

Essa fase abrange dois períodos da década de 90. O primeiro, de 1990 a 1992, na gestão Collor, onde se verificou um “milagre econômico” às avessas. A renda caiu de forma acentuada, mas afetou, principalmente, os mais ricos (-11,8% contra -4,4%, ao ano, dos mais pobres). O governo Collor reduziu a desigualdade, nivelando por baixo a renda.

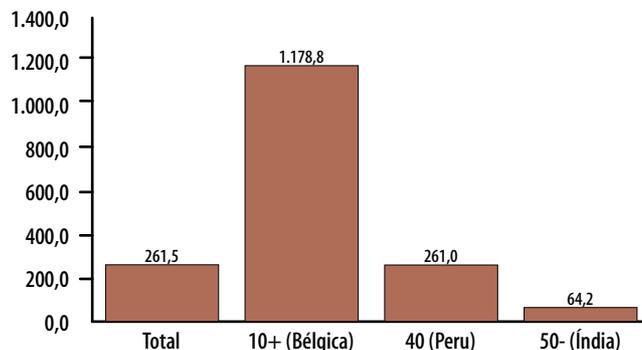
O segundo período (1992-93) é marcado por taxas de inflação ascendentes e um aumento da renda em todos os grupos da população mas, também neste caso, de forma mais significativa entre os mais ricos (16,2% contra 3% ao ano, dos mais pobres), implicando aumento da concentração de renda.

A fase seguinte (1993 a 1996) pode ser classificada como de lua-de-mel com o Plano Real. Todos os segmentos da população ganharam aumentos de renda em torno de 8% ao ano. A incerteza crônica foi, de uma maneira muito rápida, retirada da economia — gerando ganhos de bem-estar importantes — e substituída por uma fase de euforia e de *boom* econômico e social que durou até o fim de 1996.

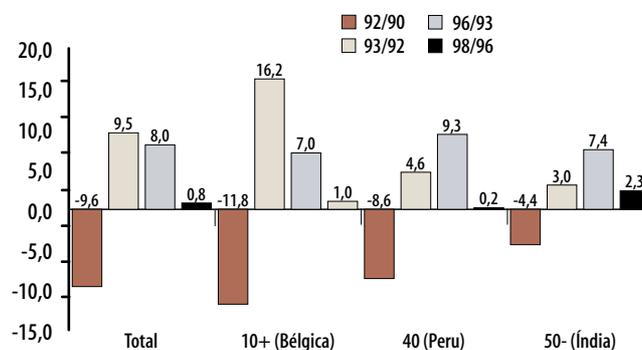
Em seguida, há uma fase em que o país ficou exposto a uma série de choques externos. A natureza da incerteza percebida neste período é diferente do aspecto cotidiano daquele observado no período de inflação alta. É uma fase de incerteza crítica no sentido de uma crise aguda que estaria ainda por vir. Os resultados observados depois são surpreendentes, dada a forma como o debate tem sido conduzido. Nenhum dos três grupos sociais analisados apresentou quedas absolutas de renda no período 1996-98.

O Brasil passou a conviver com a possibilidade de uma grande deterioração, como as que ocorreram nas economias asiática e russa em 1997 e 1998. Em termos agregados, havia a possibilidade de um choque de proporções consideráveis. Os cidadãos passaram a conviver mais de perto com a possibilidade de desemprego de longa duração. Não falamos de uma sucessão de choques micro ou macroeconômicos, como no período de inflação crônica, mas da expectativa de choques não

NÍVEL DE RENDA EM REAIS POR GRUPOS – 1998



TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DA RENDA PER CAPITA – POR GRUPOS DE RENDA



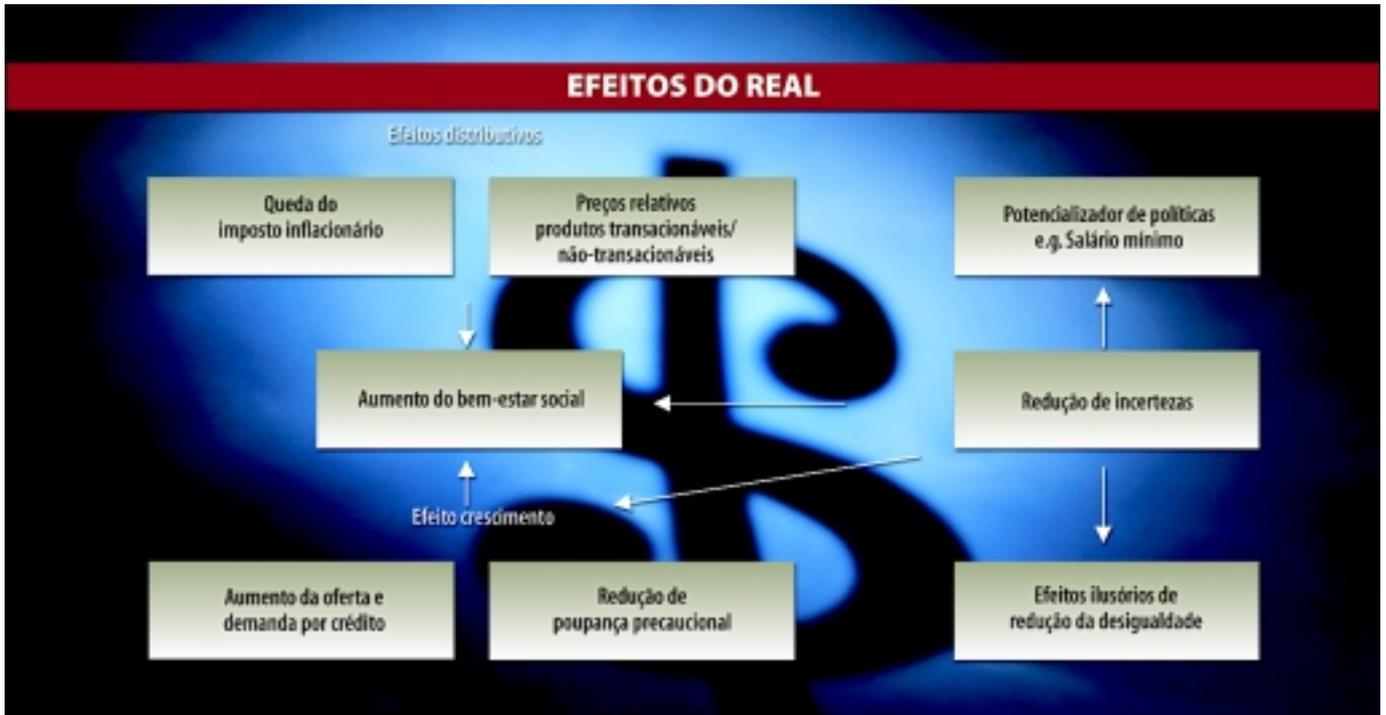
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: CPS/IBRE/FGV.

triviais e de natureza desconhecida.

Em 1999, o Brasil foi bola da vez, e para a surpresa da maioria, o país não acabou. Os aumentos da inflação e do desemprego observados após a desvalorização ficaram aquém do esperado. A dissipação da incerteza crítica contribuiu para o aumento de investimentos domésticos e diretos estrangeiros e para a contratação de mão-de-obra, mas isso é uma outra história.

A Lua-de-mel do Real — Após o lançamento do Plano Real tivemos, junto com a redução da inflação, um ganho de bem-estar associado à menor incidência do imposto inflacionário, principalmente nas classes de renda mais baixas. Simulações desse efeito revelam um aumento de 10% na renda de quem não tem acesso a mecanismos financeiros sofisticados e uma redução de pobreza de 5%. Essa é uma característica da estabilização, mas que vai explicar apenas uma pequena parte do ganho social observado depois do Real.

Um segundo efeito refere-se ao tipo de estabilização que foi feita. Fixou-se a taxa de câmbio, abriram a economia e ocorreu um *boom* de consumo. As medidas beneficiaram os setores de produtos não-transacionáveis, como serviços, mas pre-



judicaram os transacionáveis, como indústria. E é o setor de serviços que abriga o maior número de pobres ocupados da economia. Houve, então, um grande impacto redutor de pobreza. Isso explica por que algumas regiões, como o Rio de Janeiro, por exemplo, foram mais beneficiadas do que outras, como São Paulo.

O terceiro efeito, o principal, diretamente ligado à estabilização, é a redução das incertezas. Nessa passagem da incerteza crônica para um período de estabilidade há ganhos de bem-estar social diretos, pois se consegue planejar o futuro. A estabilização também aumenta a demanda por crédito (poupança negativa) por parte das famílias, que podem ter um comportamento menos prudente em relação ao futuro e se liberam para consumir e tomar crédito. Por outro lado, bancos e financeiras tendem a se sentir mais seguros no monitoramento dos seus potenciais tomadores. A redução de incerteza depois do Real levou — tanto por razões de oferta como de demanda — ao florescimento do mercado de crédito direto ao consumidor.

O principal ganho do real foi trazer estabilidade à renda de cada um. Calculamos isso com base em dados da PME-IBGE que acompanham as mesmas famílias ao longo do tempo e concluímos que a volatilidade da renda domiciliar mensal caiu cerca de 40% com a estabilização.

O efeito de redução de volatilidade contamina as medidas de desigualdade. Parece que a desigualdade caiu mais porque se economia está mais estável, as desigualdades de renda mensais — que é o que se mede no Brasil — são infladas por essa flutuação. Se você tiver uma economia onde a renda média

auferida ao longo do tempo é a mesma, uma economia igualitária por definição, mas com rendas que flutuam de maneira dessincronizada, parece que a desigualdade é maior do que é na verdade. A redução dessas flutuações produziu um efeito redistributivo ilusório do Plano Real. A desigualdade de rendas mensais cai três vezes mais que a desigualdade de renda ao longo de quatro meses consecutivos e essa diferença corresponde justamente ao efeito de redução da instabilidade temporal da renda. Em suma, parece que a desigualdade caiu, mais o que caiu mesmo foi a instabilidade da renda individual.

Os efeitos redistributivos diretos do Plano Real não foram grandes, mas a estabilidade criou a possibilidade de se fazer política social de uma maneira muito melhor do que se fazia antes. Em primeiro lugar, porque alongou o horizonte de ação de governos e agentes privados, aí incluindo empresas e trabalhadores. Com a estabilidade e o fim do imposto inflacionário ficou mais fácil para o governo e para as famílias implementarem os seus respectivos orçamentos.

O Plano Real viabilizou a ação de políticas sociais mas não é, em si, uma grande política social. É preciso distinguir condições necessárias das suficientes. O objetivo do real não foi a redistribuição de renda, mas acabou por gerar um efeito de potencializar a operação de políticas distributivas. Assim não faz muito sentido discutir-se quem é o pai dos benefícios distributivos imediatos do Real, pois eles ainda estariam por vir.

O grosso (55,7%) da redução da pobreza líquida observada no período pós-Real se deu exatamente em maio de 95, nove meses após a estabilização. Pode ter sido apenas uma

longa gravidez até que os benefícios da estabilização fossem paridos. De forma mais realista, a redução da pobreza de 10,56% então observada estaria ligada ao reajuste de 43% do salário mínimo concebido pouco antes. O erro parece ser a ênfase dada ao efeito distributivo direto do Real. O ganho maior é o de melhorar a operação de políticas distributivas, como o aumento do salário mínimo exemplifica.

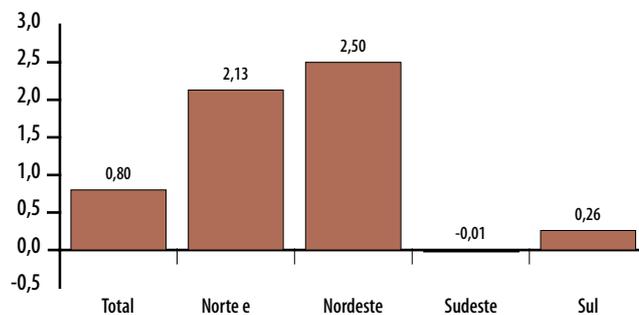
A Crise do Real — O acompanhamento de estatísticas mensais de pesquisas de mercado de trabalho — como a PME (Pesquisa Mensal do Emprego) do IBGE e a PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego) da Fundação Seade, realizadas nas áreas metropolitanas — mostram uma forte deterioração nas condições trabalhistas. E esses são, na verdade, os indicadores líderes, os que correm na frente. Antes da chegada da crise asiática já se observava uma piora desses indicadores sociais. Logo após o *boom* e no fim de 1996 a situação se reverte e está claro nas pesquisas de trabalho. A surpresa é ver que isso não está tão claro na Pesquisa Nacional por Amostras por Domicílio do IBGE. A PNAD revela com clareza que a grande piora de bem-estar social se deu nas grandes metrópoles e na renda do trabalho.

A comparação das PNADs de 1996 e de 1998 revela a heterogeneidade espacial das mudanças sociais. O aumento da renda foi forte. Houve alguma deterioração no Sudeste, um pequeno crescimento no Sul, mas ganhos de renda nas regiões mais pobres como o Nordeste, o Centro-Oeste e o Norte. Os dados mostram que a crise está muito localizada no Sudeste e no Sul, nas regiões mais ricas do país, afetando mais as camadas da sociedade que têm meios de subsistência mais adequados, enquanto a parcela marginalizada da população (Norte, Nordeste e zona rural) foram menos afetadas.

É importante lembrar que 1998 foi um ano de seca. E é surpreendente que o Nordeste não tenha vivido a crise que se anunciava nos indicadores climáticos e de mercado de trabalho. A crise está muito localizada na periferia metropolitana, onde a queda de renda foi de 1,2% ao ano nesse período. Nas capitais metropolitanas, nas cidades grandes, médias, pequenas e na área rural houve ganhos de renda, particularmente grandes na área rural (3,03% ao ano) e nas áreas urbanas pequenas, que foi de 2,06% ao ano. As áreas urbanas pequenas e rurais, que são as mais pobres, tiveram ganhos de renda substantivos. As outras tiveram pequenas variações de renda, mas uma variação negativa de renda na periferia metropolitana (1,2%). Em termos geográficos a crise é metropolitana, das periferias e das regiões Sudeste e Sul, principalmente a de São Paulo.

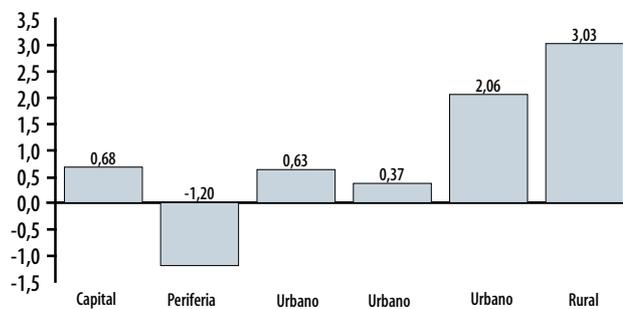
Nesse período, o ganho de renda domiciliar *per capita* no Brasil como um todo foi de 0,8% ao ano, enquanto houve queda de 0,14% a.a. na renda *per capita* do trabalho. E não há aí nenhum paradoxo. A partir de janeiro de 98, a taxa de desemprego metropolitana cresceu 30% como efeito da chegada da crise externa, de aumento da taxa de juros

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DA RENDA DOMICILIAR PER CAPITA ENTRE 1996 E 1998 POR MACRORREGIÃO



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: CPS/IBRE/FGV.

TAXA DE CRESCIMENTO DA RENDA DOMICILIAR PER CAPITA ENTRE 1996 E 1998 POR TAMANHO DE CIDADE



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: CPS/IBRE/FGV.

etc. Então é mais uma crise de trabalho, em particular metropolitano — onde a renda *per capita* do trabalho cai 1,29% ao ano — e menos uma crise de outras fontes de renda ou áreas geográficas. ■

Notas:

A abordagem por grupos de renda (Belindia ou Belperdia) contrasta com aquela baseada no PIB *per capita* aonde a ponderação é proporcional à renda de cada pessoa — os indivíduos implicitamente “valem o que ganham”. Este aspecto é especialmente relevante no caso brasileiro, onde o alto grau de desigualdade de renda observada torna a sua média um mal indicador de bem-estar social.

“Crescimento, Desigualdade e Pobreza: O Impacto da Estabilização” (com Cláudio Considera), em **Economia Brasileira em Perspectiva 1996**, IPEA, 1996.

“Política Macroeconômica y Pobreza en Brasil” (com Edward Amadeo), em **Política Macroeconômica y Pobreza en América Latina Y El Caribe**, organizadores: Ganuza, Taylor e Morley, Mundi Prensa, Madrid, 1999.

“A Evolução da Pobreza e da Desigualdade Brasileiras ao Longo da Década de 90” (com Cláudio Considera e Alexandre Pinto), em **Revista Economia Aplicada**, 1999.